



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA ADJUNTA E
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de
Orçamento e Finanças
Deputado Filipe Neto Brandão

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 519 ENT.: 1083 PROC. Nº:	07/06/2022

ASSUNTO: Audição Parlamentar de Sua Exa. a Ministra da Justiça - Orçamento do Estado 2022

Encarrega-me a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares de junto enviar cópia do ofício n.º 3532, datado de 07 de junho, do Gabinete da Senhora Ministra da Justiça, sobre o assunto mencionado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

João Bezerra da Silva

C/C Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Gabinete da Ministra Adjunta e
dos Assuntos Parlamentares

Entrada N.º 1083

Data 07/06/2022

Ex.º Senhor
Chefe do Gabinete de
S.Exa. a Ministra Adjunta e dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA
P.º 4056/2016
N.º 3532

DATA
7 JUN 2022

ASSUNTO: Audição parlamentar de Sua Exa. a Senhora Ministra da Justiça | Orçamento de Estado 2022

Caro João,

Na sequência da audiência parlamentar de Sua Exa. a Senhora Ministra da Justiça no âmbito da apreciação, na especialidade, do Orçamento do Estado para 2022, realizada a 4 de maio de 2022, envio, em anexo, dois documentos contendo respostas a perguntas dos Senhores Deputados referentes a edificado e aos registos e notariado, que não puderam ser respondidas durante a audiência.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Filipe Ferraz

FT/MJP

Questões relativas ao Instituto dos Registos e Notariado

- 1. Como é que pretende o Governo tomar medidas eficazes e concretas para resolver os problemas dos serviços de registo e notariado, designadamente, a falta de recursos humanos e materiais? Que resposta encontra para a necessidade de resolução do défice de recursos humanos?**

Nos últimos anos o IRN tem vindo a ter um acréscimo de trabalhadores: em 2021 e 2022 foram recrutados um total de 269 assistentes técnicos para reforçar o mapa de pessoal do IRN.

Quanto a bens materiais, em 2021 iniciou-se a substituição de equipamentos informáticos das conservatórias, tendo sido substituídos cerca de 2500 equipamentos. A renovação do parque informático irá manter-se nos próximos dois anos de forma a dotar os restantes serviços de registo com novos equipamentos, atingindo-se, assim, a renovação total do parque de computadores afetos ao IRN.

Quanto a instalações, nos últimos anos o IRN interveio em mais de 90 serviços de registo, beneficiando as respetivas instalações, com intervenções que priorizaram os serviços considerados mais necessitados. Nas novas instalações tem havido também o cuidado de preparar áreas mais reservadas de atendimento, designadamente, tem sido estabelecida a separação físicas entre cidadãos, que permitem que os trabalhadores contactem entre si, mas os utentes estejam resguardados no atendimento. Em 2022 será dada continuidade à manutenção e reinstalação de serviços.

- 2. Para quando se encontra previsto o efetivo reforço dos funcionários nas conservatórias?**

O IRN, como qualquer organismo público, faz uma adequada gestão dos recursos humanos, adotando todas as tipologias de procedimentos necessárias à constante renovação e rejuvenescimento do seu mapa de pessoal, considerando que existem saídas de trabalhadores para outros organismos ou devido a aposentação.

A título de exemplo, estão em curso diligências para reforço do mapa pessoal do IRN, nomeadamente:

- Previsão de abertura de dois procedimentos para ingresso de Conservadores e Oficiais de registo;

- No âmbito do PRR, a contratação de 25 trabalhadores;
- Candidaturas ao “EstagiAP” para reforço em 32 Técnicos Superiores;
- Recrutamento de nove Técnicos Superiores em regime de mobilidade;
- Recrutamento centralizado pelo INA, ainda durante 2022, (vinte e nove técnicos superiores e três especialistas de informática) em que foram já atribuídos sete técnicos superiores.

3. Estarão disponíveis ou haverá abertura por parte do Ministério para que seja colocado também nesse pacote de descentralização a possibilidade de passar para a égide das autarquias, nomeadamente serviços de registos e notariado?

O Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça.

Como é consabido, ainda que os notários mantenham a natureza de oficiais públicos (*vide* artigo 1.º do estatuto do notariado, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro), a atividade notarial passou, em 2004, do regime da função pública para o regime de profissão liberal. Permaneceram, no entanto, na esfera de competência do membro do Governo responsável pela área da justiça determinadas matérias, como, por exemplo, a abertura de concursos e a fiscalização e ação disciplinar, que não se coadunam com o exercício descentralizado por cada município.

4. Pergunto se conhece o ofício da Sra. Provedora de Justiça de 2/2/2022, sobre as diferenças salariais e desequilíbrios gritantes existentes nas conservatórias e sobre a necessidade urgente de implementar uma nova configuração salarial adaptada às imensas competências que passaram a ter as conservatórias? Continuamos a ter inferiores hierárquicos a receber mais que os seus superiores hierárquicos.

O Decreto-Lei n.º 115/2018, de 21 de dezembro, veio estabelecer o regime das carreiras especiais de conservador de registos e de oficial de registos, procedendo à revisão das carreiras de conservador, de notário, de ajudante e de escriturário dos registos e notariado, prevendo, desde logo, que a revisão do estatuto remuneratório destes trabalhadores seria consagrada em diploma especial próprio, mantendo-se, até à entrada em vigor desse diploma, a respetiva situação remuneratória daqueles trabalhadores.



O Decreto-Lei n.º 145/2019, de 23 de setembro, operou a revisão do estatuto remuneratório. Com este regime pretendeu-se pôr termo às assimetrias salariais existentes nas carreiras especiais dos registos, que resultou de um sistema remuneratório parcialmente indexado às receitas emolumentares arrecadadas pelos serviços por serviço.

De acordo com o disposto no artigo 2.º deste Decreto-Lei, a remuneração dos conservadores de registos e dos oficiais de registos passa a ser composta por remuneração base, suplementos remuneratórios e prémios de desempenho e/ou de produtividade; sendo que, no que respeita à remuneração base, eliminou-se a diferenciação entre vencimento de categoria e vencimento de exercício, passando aquela a ser composta por uma verba única, constituída pelo montante pecuniário correspondente ao nível remuneratório da posição remuneratória onde o trabalhador se encontra na carreira e/ou categoria de que é titular – cfr. artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 145/2019, de 23 de setembro.

Em cumprimento do artigo 10.º, n.º 3, do Decreto-Lei referido, os trabalhadores foram repositados, a 1 de janeiro de 2020, na posição remuneratória de nível não inferior à primeira posição da categoria para a qual transitam.

Progressivamente, à medida que as alterações de posicionamento, ainda que apenas as obrigatórias, forem produzindo efeito, as remunerações dos trabalhadores aproximar-se-ão das posições e níveis da tabela aplicável, deixando de haver diferenças tão relevantes.

No futuro, os novos trabalhadores das carreiras especiais serão pagos em conformidade com as regras e as novas tabelas anexas ao referido Decreto-Lei.

Para melhor compreensão dos fundamentos e ponderações que estiveram presentes no espírito do legislador aquando da tomada desta opção legislativa, valerá igualmente a pena atentar no que se refere no preâmbulo do diploma aqui em análise. Com efeito, dele se retira o escopo que terá estado subjacente à solução que veio a ser consagrada:



«(...) Das alterações promovidas pelo presente decreto-lei destacam-se: a concentração, num único diploma, deste regime remuneratório; a atualização do conceito de remuneração base nestas carreiras, eliminando-se a divisão entre vencimento da categoria e vencimento de exercício, que são agora integrados; a determinação do número de posições remuneratórias e a identificação dos correspondentes níveis remuneratórios; a transição dos trabalhadores para a nova tabela retributiva garantindo o princípio do não retrocesso salarial; e a previsão da remuneração mensal a abonar ao candidato à carreira de conservador de registos que frequente o curso de formação inicial específica correspondente.

No que se refere à transição dos atuais trabalhadores para a tabela remuneratória agora estabelecida, o regime remuneratório do presente decreto-lei aplica os princípios fixados no artigo 41.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, bem como no artigo 104.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, designadamente o da neutralidade orçamental na transição e o da sustentabilidade na evolução remuneratória das carreiras.»

5. Está a Sra. Ministra ciente dos atrasos que se verificam nas conservatórias?

Sempre que se identificam atrasos nas conservatórias de registo, no âmbito da gestão normal dos serviços, o IRN desenvolve um conjunto de medidas, como, por exemplo, a redistribuição de serviço entre conservatórias, de forma a responder com maior celeridade.

Resumidamente as medidas utilizadas são o apoio temporário de um conservador na Conservatória, a redistribuição dos pedidos de registo para outros serviços que naquele período tenham menos pedidos, retirar temporariamente a Conservatória do circuito de distribuição de pedidos de registo online e automatização de processos, por exemplo, a renovação de Cartão de Cidadão e entrega ao domicílio, estas últimas medidas permitiram dispensar mais de 2 milhões de atendimentos presenciais.



Audição da Ministra da Justiça no âmbito da apreciação, na especialidade, do Orçamento do Estado para 2022 (conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias) – 4 de maio de 2022

Questões oportunamente colocadas, que ficaram para serem respondidas por escrito
Área do Edificado

Link da audição

<https://canal.parlamento.pt/?cid=5886&title=audicao-da-ministra-da-justica>

Compromisso da Sra. Ministra: *“Tomei devida nota de todas estas questões e aquilo que me proponho fazer relativamente a cada um dos Srs. deputados que colocou questões específicas, relativamente às diversas operações que impliquem no fundo obras, seja de reparação, seja de renovação do edificado, é fazer chegar essa resposta por escrito, assim podendo com acuidade responder a cada uma delas”.*

Deputado:	Ivan Gonçalves, PS (minuto 03:18:06)
Instalação:	ALMADA - TRIBUNAL DO TRABALHO
Questão:	Já foi aprovado pelos órgãos municipais a cedência do edifício da Cooperativa Piedense ao IGFEJ para a instalação dos juízos de execução, do trabalho e local cível de Almada. Gostaria que nos pudesse fazer um ponto de situação
Resposta:	O IGFEJ enviou ao Município, em abril de 2021, as propostas de minutas para a celebração de um contrato de comodato de cedência, de um protocolo de cooperação e de um contrato interadministrativo para a execução do projeto e das obras de adaptação do edifício. Aguarda-se a decisão do Município (a última reunião ocorreu em 22/02/2022). Entretanto, o Município autorizou que o Tribunal de Comarca realize audiências de julgamento num espaço deste edifício.

Deputado:	Deputado Francisco Oliveira, PS (minuto 02:33:30)
Instalação:	TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE FARO
Questão:	Era um assunto que já estava a ser tratado com o SEAJ anterior e dá-se a informação de que a constituição/edificação deste tribunal, neste momento, não seria propriamente viável. No entanto, teria chegado a uma solução que era a admissão da deslocação de algumas secções a Faro ou no mínimo a realização de sessões deste tribunal superior nesta cidade. Há também a necessidade da criação de uma sala de audiências de grandes dimensões para os megaprocessos, situação que está a ser protocolada com a CM Lagoa.



	Gostaríamos de saber em que situação se encontra?
Resposta:	<p>Efetivamente, não está equacionada a criação de um Tribunal da Relação em Faro. Os processos oriundos de Faro têm um peso pouco significativo (cerca de 1/3) na pendência total do Tribunal da Relação de Évora.</p> <p>Todavia, admitimos uma possível deslocalização de algumas secções do Tribunal da Relação de Évora para Faro, para ali se realizarem sessões ou no mínimo a realização de sessões deste tribunal superior nesta cidade.</p> <p>No que respeita à sala de audiências, após definição do layout pela Direção-Geral de Administração da Justiça, o IGFEJ, I.P. elaborou o programa preliminar para o projeto de criação da sala da Audiências, que remeteu ao Município de Lagoa. Como será este a desenvolver o projeto e obra, estão em curso contactos com a autarquia (mais recente reunião em 09/05/22) para definir o nível da intervenção e o seu custo. A cedência do espaço através de comodato está acordada, embora ainda não assinado esse contrato. Caso o desenvolvimento do projeto e consequente empreitada venham a ser da responsabilidade do Município, serão celebrados os correspondentes contratos interadministrativos.</p>
Instalação:	JUÍZO DE COMÉRCIO DE LAGOA
Questão:	<p>Existe espaço para a criação de um tribunal de competência comum e geral. Situação essa que esperamos que quando o mapa judiciário for alterado essa situação possa vir a acontecer. As novas instalações de Faro estão neste momento a progredir. Sabemos que já estão a avançar.</p> <p>Gostaríamos de saber o ponto de situação relativamente a esta matéria.</p>
Resposta:	Trata-se de uma decisão a tomar no âmbito da revisão do mapa judiciário.
Instalação:	PALÁCIO DA JUSTIÇA DE LAGOS
Questão:	Está em péssimas condições. Necessitaria de uma requalificação muito profunda.
Resposta:	Foi concluída no mês de maio de 2022 a empreitada de reabilitação da cobertura do Palácio de Justiça de Lagos, pelo valor de 92.843,50 €, mais IVA, sendo esta a intervenção mais urgente de que o edifício carecia, estando prevista uma maior, de reabilitação geral do edifício, com um custo estimado de 900 mil € + IVA, que aguarda calendarização.
Instalação:	POLÍCIA JUDICIÁRIA – DIC DE PORTIMÃO
Questão:	Necessita de um edifício com a maior urgência. Sabemos que o projeto de arquitetura já teria sido aprovado.
Resposta:	Encontra-se concluído o anteprojecto do edifício, correspondente ao projeto de licenciamento, tendo sido submetido às diversas entidades para obtenção das respetivas aprovações.
Instalação:	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DO ALGARVE - S. BARTOLOMEU DE MESSINES



Questão:	Uma das grandes aspirações do Algarve é a construção do estabelecimento prisional.
Resposta:	Não existe neste momento qualquer processo em curso para a construção do novo Estabelecimento Prisional (EP) no Algarve.

Deputado:	Nelson Brito, PS (minuto 02:37:53)
Instalação:	NOVO PALÁCIO DA JUSTIÇA DE BEJA
Questão:	<p>Para saber o que é hoje uma realidade, ao fim de mais de 10 anos da construção do Palácio da Justiça em Beja, o Tribunal Judiciário que irá congrega a questão do TAF, mas também do juízo cível, juízo de trabalho, juízo de família e menores.</p> <p>Conhecidas as contingências do mercado, saber se o OE prevê verba para que essa construção seja uma realidade ao fim de mais de 10 anos para assegurar a continuidade da possibilidade da construção do Tribunal judicial ou Palácio da Justiça de Beja?</p>
Resposta:	A empreitada está adjudicada por 5.694.900 €, com IVA e aguarda-se o visto do Tribunal de Contas sobre o contrato para que se consigne a obra.

Deputado:	Susana Correia, PS (minuto 02:30:03)
Instalação:	JUIZÓ DE FAMÍLIA E MENORES AVEIRO JUIZOS DE STA. MARIA DA FEIRA
Questão:	<p>PS denunciou situação insustentável destes dois tribunais.</p> <p>Na legislatura anterior foi reconhecida essa insustentabilidade e desencadeado procedimento conducente à identificação de novas instalações. Foram mesmo encontradas e anunciadas soluções alternativas para estas situações. São problemas que se arrastam há muito tempo e que necessitam de solução urgente.</p> <p>Se tem conhecimento destas situações e da urgência em concluir estes processos?</p>
Resposta:	<p>Relativamente ao <u>Juízo de Família e Menores de Aveiro</u>:</p> <p>Encontra-se num edifício arrendado, com condicionantes arquitetónicas e funcionais inultrapassáveis, pelo que carece de ser substituído. É uma situação considerada urgente.</p> <p>Encontra-se em curso o procedimento de arrendamento nos termos do DL n.º 280/2007, de 7 de agosto. Já foi efetuada a consulta ao mercado, recolhida uma proposta, obtido parecer favorável da DGAJ, e vai ser promovida a avaliação para fixação do valor de renda e a sua homologação pela DGTF.</p> <p>Relativamente aos <u>Juízos de Santa Maria da Feira</u>:</p>



	<p>As instalações atuais são arrendadas, bem como o estacionamento. O crescimento das necessidades de espaço levou já à transferência do Juízo de Trabalho, ocupando a ala mais pequena do Palácio da Justiça que não tem os problemas estruturais da ala maior.</p> <p>A alternativa colocada é a demolição da parte do antigo Palácio de Justiça que não é utilizada devido a problemas estruturais e a construção nesse local de novo edifício, com uma área de 6.000 m², que resulta num valor previsto de cerca de 7 M€ (1.200 €/m²).</p>
--	--

Deputado:	Rui Cruz, PSD (minuto 03:15:45)
Instalação:	JUÍZO DE TRABALHO DE AVEIRO
Questão:	<p>Provavelmente, o pior de todos os exemplos. É o mais indigno equipamento da justiça, um apartamento arrendado na década de 70, que se tornou, com o passar dos anos, enquanto aguardava por um Campus de Justiça novinho, que não foi além do intento, uma verdadeira vergonha nacional. Juiz, secretaria, MP possuem falta de espaço, não existe sala para testemunhas ou advogados. A escada de acesso é quase sempre a sala de espera, o que em muitos assuntos de elevado conflito causa sério desconforto aos litigantes, com frequentes discussões, tentativas de intimidação e mesmo agressões. Os sanitários são indiscreíveis, chegando mesmo a ser indigno para magistrados, funcionários judiciais, entre outros, sem condições de trabalho.</p> <p>Apesar de existir pelo menos uma excelente solução a poucos minutos de distância do Tribunal de Trabalho de Aveiro, que lá permanece por razões que a razão desconhece.</p>
Resposta:	<p>Na cidade de Aveiro, o Juízo de Família e Menores e o Juízo de Trabalho têm instalações inadequadas sendo, no entanto, a situação do JFM sensivelmente mais grave e prioritária do que a do JT, pelo que as diligências por parte do IGFEJ se têm centrado em obter novas instalações para aquele.</p> <p>No entanto, dentro do processo em curso de arrendamento de instalações para o JFM, a proposta recolhida em consulta pública ao mercado e que está na fase de avaliação, poderá acolher ambos os Juízos, de acordo com o parecer da DGAJ.</p>

Deputado:	António Topa Gomes, PSD Min. 03:19:56
Instalação:	TRIBUNAL STA. MARIA DA FEIRA - AVEIRO



Questão:	<p>Tem sido notória a falta de investimento público nos equipamentos da justiça, em particular no distrito de Aveiro. São inúmeros os tribunais que necessitam ou de novas instalações ou, no mínimo, de obras de conservação e manutenção.</p> <p>Este é o caso dos edifícios dos tribunais de Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Oliveira do Bairro, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Sta. Maria da Feira. Este último caso, o Tribunal Judicial da comarca de Sta. Maria da Feira constitui um evidente exemplo de má gestão.</p> <p>O Estado tem um edifício classificado, ao abandono, no centro da cidade de Sta. Maria da Feira, que constitui, por si só, um enorme passivo urbanístico.</p> <p>Por 5.000 m² o Estado paga quase 800 mil euros anuais de renda num contrato com 15 anos.</p> <p>Já se gastaram verbas que permitiam a construção de um tribunal novo e com outras condições.</p> <p>Não será por acaso, que a anterior Ministra da Justiça, há cerca de 3 anos, no tribunal arrendado, prometeu um novo edifício.</p> <p>Que investimentos prevê este orçamento para colmatar estas situações, particularmente, este em concreto?</p>
Resposta:	<p>O arrendamento das instalações atuais tem um valor de 52.000€, a acrescer a 10.464€ mensais relativos ao estacionamento, que não foi atualizado desde a sua celebração e que em termos unitários se situa dentro dos valores de mercado (cerca 8€/m²). O crescimento das necessidades de espaço levou já à transferência do Juízo de Trabalho, ocupando a ala mais pequena do Palácio da Justiça que não tem os problemas estruturais da ala maior.</p> <p>Mais se esclarece que o Palácio de Justiça não é um edifício classificado e na verdade não se encontra abandonado porque a ala norte, mais pequena e sem problemas estruturais, está a ser utilizada.</p> <p>A alternativa colocada é a demolição da parte do antigo Palácio de Justiça que não é utilizada devido a problemas estruturais e a construção nesse local de novo edifício, com uma área de 6.000 m², que resulta num valor previsto de cerca de 7 M€ (1.200 €/m²).</p>

Deputado:	Helga Correia, PSD (minuto 03:30:57)
Instalação:	TRIBUNAL DE TRABALHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS
Questão:	<p>É do conhecimento da tutela os problemas estruturais deste edifício.</p> <p>A tutela admitiu em 2019 que tinha conhecimento, através do IGFEJ, das necessidades de intervenção no edifício do Tribunal de Oliveira de Azeméis.</p>



	<p>Reconhecemos que as medidas tomadas no que diz respeito às instalações de cariz público, nomeadamente as instalações dos tribunais, são desenvolvidas num tempo próprio, tendo em conta a natureza, a extensão e a complexidade dos problemas a resolver.</p> <p>Contudo, o edifício regista problemas estruturais. Chegou mesmo a chover lá dentro, problemas que ficaram minimizados com pequenas reparações. No entanto, as falhas estruturais dentro do edifício continuam sem resolução.</p> <p>Ao longo destes anos, dezenas de pessoas e equipas passaram pelo edifício para fazer o levantamento e estudar as obras.</p> <p>Sabemos que têm de ser elaborados projetos e cumpridas todas as formalidades e procedimentos.</p> <p>Se está ou não a ser elaborado o projeto de requalificação do edifício do Tribunal de Trabalho de Oliveira de Azeméis?</p> <p>Se a requalificação vai contemplar a transferência das execuções instaladas de forma provisória num edifício, por falta de espaço no Tribunal Judicial e cuja renda está a ser a cargo da autarquia de Oliveira de Azeméis?</p>
Resposta:	<p>Quanto ao <u>Juízo de Trabalho</u>:</p> <p>Edifício sobredimensionado para as necessidades do Juízo do Trabalho e do IRN; tem patologias construtivas complexas, pelo que foi contratada a FEUP para elaborar um estudo de diagnóstico e medidas a considerar no projeto de remodelação, estudo esse que está concluído. Está em curso o projeto de reabilitação do edifício e de adequação para a instalação do Juízo de Execução.</p> <p>Quanto ao <u>Juízo de Execução</u>:</p> <p>Instalado em fração cedida pelo Município, que tem vindo a solicitar a cessação da cedência. Encontra-se prevista a mudança para o edifício do Juízo do Trabalho mas esta será demorada e pode não ser satisfatória. Equaciona-se em alternativa a transferência para Vale de Cambra ou S. João da Madeira, onde existem espaços devolutos.</p>
Instalação:	OLIVEIRA DO BAIRRO NOVO TRIBUNAL
Questão:	<p>Em Oliveira do Bairro existem duas instalações judiciais, o Juízo de Família e Menores e o Tribunal da Comarca. Em ambos se socorre com frequência a instalações do Tribunal de Anadia e do Salão Nobre.</p> <p>Para quando a construção do novo tribunal?</p>
Resposta:	<p>Em Oliveira do Bairro, os Juízos de Competência genérica e de Família e Menores encontram-se instalados em edifícios municipais, vizinhos, e sem problemas graves. Está em curso a execução de um projeto municipal para a reabilitação e ampliação do edifício do JFM, com vista a uma melhor instalação futura.</p> <p>Não se encontra prevista a construção de um Palácio da Justiça.</p>



Deputado:	Márcia Passos, PSD (minuto 02:51:42)
Instalação:	TRIBUNAL S. JOÃO NOVO, PORTO
Questão:	Para quando a disponibilização de um espaço condigno para os julgamentos dos megaprocessos que correm termos no Tribunal de S. João Novo?
Resposta:	<p>Foi elaborado um projeto de remodelação geral e reabilitação do edifício dos Juízos Criminais de S. João Novo, incluindo cobertura, caixilharias, instalação elétrica, segurança, AVAC, e outras obras de conservação e reparação cujo valor ascende a € 2.836.539,08 €.</p> <p>A realização da obra aguarda calendarização.</p> <p>No que se refere à realização de audiências de julgamento com grande número de intervenientes está em curso o procedimento para a contratação da utilização de um pavilhão de uma Associação de Bombeiros, como já sucedeu no passado.</p> <p>Não existe nenhum edifício afeto ao MJ no Porto que tenha espaço para instalar uma sala deste tipo, mas a solução equacionada para os Tribunais Criminais nesta cidade passará pela construção de um edifício de raiz no terreno da Quinta de Santo António, para a qual existe já um plano de urbanização aprovado pela CM Porto e DGTF.</p>

Deputado:	Sofia Andrade, PS (minuto 03:09:35)
Instalação:	TRIBUNAL DE COMÉRCIO SANTO TIIRSO
Questão:	<p>Com a reorganização judiciária de 2014, foi transferido para o município de Sto. Tirso, entre outros, o Tribunal de Comércio. Está sediado atualmente nas antigas instalações das finanças, instalações essas que foram objeto de uma intervenção de beneficiação, num investimento conjunto entre o MJ e a CM, de cerca de 1 milhão de euros.</p> <p>Deparamo-nos com a necessidade de ampliar o Tribunal de Comércio por via do alargamento das atuais instalações ao contíguo edifício do antigo IRN. É favorável para este processo o facto das antigas instalações do IRN já serem pertença do MJ e de já ter sido realizado um estudo que mereceu um parecer favorável quanto à viabilidade da expansão daquele espaço.</p> <p>As necessidades estão diagnosticadas e a solução está identificada.</p> <p>Podemos contar com o empenho deste Governo para que este processo seja enquadrado pela DGAJ e desta forma possa ser concretizado?</p>
Resposta:	O espaço de património do Estado contíguo ao Juízo de Comércio já foi disponibilizado, com transferência do arquivo e equipamentos do IRN para outro local, tendo sido afeto formalmente ao Tribunal.



	A realização do projeto e da obra subsequente aguardam calendarização.
--	--

Deputado:	Rui Vilar, PSD (minuto 03:28:45)
Instalação:	TRIBUNAL AROUCA
Questão:	<p>As instalações encontram-se num avançado estado de degradação. Os gabinetes dos magistrados encontram-se inoperacionais, e em dias de chuva forte, chove dentro do tribunal.</p> <p>Este problema tem origem há mais de 5 anos.</p> <p>Quais as medidas urgentes que pretende implementar para resolver não só as carências deste tribunal como de outros edifícios onde funcionam tribunais?</p>
Resposta:	O Palácio de Justiça de Arouca é um edifício com qualidade e dimensionado para as necessidades funcionais. No entanto, tem problemas graves de infiltrações, estando prevista a elaboração de projeto para a remodelação e substituição da cobertura, incluindo também AVAC.

Deputado:	Firmião Marques, PSD (minuto 03:26:33)
Instalação:	BRAGA – PALÁCIO JUSTIÇA JUÍZO TRABALHO JUÍZO FAMÍLIA E MENORES
Questão:	<p>Na discussão do OE 2021, a anterior Ministra da Justiça foi interpelada depois de descrito o panorama quanto a equipamentos ligados ao MJ, e devidamente identificado o plano de requalificação dos tribunais, que prevê investimentos no distrito de Braga, sendo justo saudar a decisão de aquisição daquelas que serão as futuras instalações da PJ de Braga, em funções num edifício desadequado com mais de 35 anos.</p> <p>Fica a esperança que, atendendo à especificidade desta estrutura policial, e à sua área de intervenção, possa agora com as novas instalações e face aos números geridos nas várias áreas, não se perder a oportunidade de rentabilizar a estrutura de Braga.</p> <p>Fica identificada a necessidade de ampliação do Tribunal Judicial de Braga, hoje no limite das suas capacidades, justificando a integração do juízo no Tribunal do Trabalho, a funcionar sem condições adequadas e do Tribunal de Família e Menores cuja situação atual, perguntamos se é definitiva, e que foi uma realidade funcional até há pouco tempo deprimente.</p> <p>Teremos em 2022 novidades para estas preocupações?</p>
Resposta:	<p>O projeto de ampliação do Palácio de Justiça de Braga prevê que na área adicional sejam reinstalados de forma definitiva os Juízos de Trabalho e de Família e Menores.</p> <p>Este procedimento está em fase de adjudicação.</p>



Instalação:	BRAGA - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL
Questão:	Com um reconhecido défice de qualidade quanto ao atual equipamento
Resposta:	<p>Está previsto que a Instância Administrativa abandone o atual edifício, propriedade do IGFEJ, devido à falta de espaço, permanecendo a Instância Fiscal.</p> <p>Para a Instância Administrativa foram arrendadas novas instalações, na Av. Liberdade, 45, estando em curso o respetivo projeto de adaptação. No entanto, estas instalações estão a ser utilizadas pelo Juízo de Família e Menores, que teve de sair das suas anteriores por falta de espaço.</p> <p>O JFM irá regressar às antigas instalações ou ser reinstalado nas atuais instalações do DIC de Braga da Polícia Judiciária, que ficarão devolutas até final do ano, estando em estudo essa possibilidade.</p> <p>Só após a saída do JFM terão lugar as obras para a Instância Administrativa.</p>
Instalação:	BRAGA - ESTABELECIMENTO PRISONAL
Questão:	<p>São necessárias obras de adaptação.</p> <p>Vamos manter aqui a ilusão de mudanças ou tem já prevista a prometida requalificação e melhoria de instalações?</p>
Resposta:	A esta data, não se encontra calendarizada intervenção neste Estabelecimento Prisional.

Deputado:	Eduardo Oliveira, PS (minuto 02:18:36)
Instalação:	TRIBUNAL JUDICIAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO
Questão:	<p>Por solicitação da OA, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão aprovou uma deliberação em defesa da instalação no Tribunal de Vila Nova de Famalicão de três instâncias judiciais: instância central civil, instância central criminal e o juízo de instrução criminal.</p> <p>Atualmente, todos estes serviços funcionam em Guimarães, a mais de 20 km de distância (reforma judiciária 2014 - PSD).</p> <p>O edifício do Tribunal de Famalicão é de excelente qualidade, como poucos tribunais no país, tem dimensões e capacidade de espaço disponíveis para receber as valências judiciais reivindicadas. Quando foi inaugurado em 2007, pelo então Ministro Alberto Costa, o tribunal foi apresentado ao país como o novo conceito da justiça portuguesa para o Séc. XXI. Justifica-se que as valências referidas voltem a funcionar neste tribunal.</p> <p>Solicita-se à Sra. Ministra da Justiça uma especial atenção a esta questão, para que a reinstalação no tribunal de VNF seja uma realidade.</p>
Resposta:	Efetivamente este edifício tem espaços devolutos, gabinetes e secretarias. A questão será equacionada no contexto da revisão do mapa judiciário.



Deputado:	Luís Soares, PS (minuto 03:05:56)
Instalação:	CAMPO DE JUSTIÇA DE GUIMARÃES
Questão:	<p>O Ministério assinou um protocolo com a CM em 2019 em que se comprometia na construção do Campus de Justiça para agregar diversas instâncias que estavam espalhadas um pouco pela cidade, numa medida não só de dignificação do tribunal, mas também de racionalidade económica.</p> <p>O protocolo foi assinado em 2019. Era previsto que no ano 2022/2023 pudesse ser inaugurado. Estivemos 2 anos em pandemia, mas a verdade é que o projeto de arquitetura está pronto, mas faltam-lhe ainda as especialidades para o início da obra.</p> <p>Pretendemos saber qual o ponto de situação desse projeto?</p> <p>Deixamos um apelo para que a Sra. Ministra pudesse envolver-se na execução do projeto.</p>
Resposta:	<p>A Escola de Arquitetura da Universidade do Minho elaborou o Estudo de Viabilidade Urbanística e Funcional para o novo edifício do Tribunal.</p> <p>O Município, através de protocolo outorgado em março de 2019, assumiu o compromisso de ceder ao MJ o lote de terreno para construção do novo edifício, no lugar do Outeiro, freguesia de Mesão frio.</p> <p>Todavia esta operação está dependente de uma prévia permuta que a Câmara terá que operacionalizar com um privado (a Câmara terá que permutar um lote seu por um lote mais apto à construção do Tribunal).</p> <p>Foi solicitado ao Município que fossem desenvolvidas as diligências necessárias para a celebração do acordo e a constituição do direito de superfície sobre o terreno com a possível brevidade e a indicação das datas previstas para a concretização destas.</p>

Deputado:	Paulo Moniz, PSD (minuto 03:11:33)
Instalação:	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE PONTA DELGADA
Questão:	<p>A Sra. Ministra na sua intervenção inicial começou por realçar que Portugal tem, ao nível dos serviços prisionais e das condições das cadeias, situações degradantes há muito referenciadas e recorrentemente lembradas por organismos internacionais.</p> <p>Neste OE 2022, qual é a verba concreta que tem inscrita e prevista para a execução do plano e do projeto de arquitetura e especialidades completo, que permita seguir lançar o necessário concurso público para a efetiva construção da nova cadeia de Ponta Delgada?</p> <p>A Sra. Ministra incorre num erro de precisão de linguagem (e estou a ser simpático) ao dizer que a obra já começou.</p>



	<p>Sra. Ministra, estão a remover cascalho e vão estar mais 2 anos a desmontar e a remover montanhas de cascalho. Se no seu entendimento, isto é começar a obra, temos uma visão diferente.</p> <p>E porque é tão importante, não é só pela condição de reclusão que ela oferece, é mais do que isto. Por estar completamente sobrelotada, os reclusos das famílias açorianas que lá estão a cumprir pena, têm sido sistematicamente transferidos para fora dos Açores, por incapacidade e lotação.</p> <p>O Estado, pela sua incompetência, em dotar Ponta Delgada com uma cadeia capaz e dimensionada à realidade atual, está a impor uma dupla penalização a quem já foi castigado no sistema de justiça.</p> <p>Peço objetivamente que me responda: tenho neste orçamento x milhões de euros, para fazer o projeto, que se concluirá este ano ou não.</p>
Resposta:	<p>O novo EP de S. Miguel destina-se a substituir o de Ponta Delgada, mas não se situa em Ponta Delgada, mas sim em Lagoa.</p> <p>A limpeza do terreno e retirada das “bagacinas” é imprescindível à nova edificação, pelo que faz parte integrante do empreendimento, embora objeto de empreitada autónoma.</p> <p>Em 2019 foi lançado o procedimento de aquisição de serviços para elaboração do projeto de arquitetura e especialidades, o qual foi objeto de impugnação contenciosa.</p> <p>Dependendo do desenvolvimento do processo, deverá ser aberto novo procedimento em 2022 com o preço base de 1.000.000 € e prazo de 450 dias.</p>

Deputado:	Sérgio Ávila, PS (minuto 03:25:12)
Instalação:	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE PONTA DELGADA
Questão:	<p>É um dos EP's que tem piores condições.</p> <p>A construção do novo EP constitui uma prioridade, mas também um compromisso dos governos do PS.</p> <p>Foi já iniciada a 1.ª fase deste investimento, que visa a adaptação do terreno para a construção do novo EP.</p> <p>Sendo esta uma prioridade assumida, pergunto:</p> <p>Após a conclusão desta 1.ª fase, quando é que estão previstos o cronograma e a calendarização das fases subseqüentes, para que a conclusão da construção seja, o mais depressa possível, uma realidade?</p>
Deputado:	Pedro Pinto, Chega (min. 01:09:00 - 1.ª Ronda)
Instalação:	SISTEMA PRISIONAL ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE PONTA DELGADA E MONTIJO



Questão:	<p>Com o plano a 10 anos, os novos EP's originariam o encerramento de outros 8 com piores condições.</p> <p>Ponta Delgada e Montijo deveriam estar prontos até 2023. Porém nenhuma destas intenções se concretizou.</p> <p>Em junho 2019, o Diretor dos Serviços Prisionais anunciou que os projetos iriam ser lançados em breve. Ainda em 2019, o Governo Regional anunciou que a preparação do terreno iria levar 2 anos. Em 2021 era manifestamente óbvio que prisões novas só para o fim da década.</p> <p>Trata-se do plano da Ministra Van Dunem ou qual é que foi a concretização que esse plano teve até hoje e se vai fazer alguma revisão da programação em termos de prazos e objetivos?</p>
Deputado:	Pedro Pinto, Chega (minuto 04:24:38 - 2.ª Ronda)
Instalação:	Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada
Questão:	Para quando o estabelecimento prisional de Ponta Delgada?
Resposta:	<p>O novo EP de S. Miguel destina-se a substituir o de Ponta Delgada, mas não se situa em Ponta Delgada, mas sim em Lagoa.</p> <p>A limpeza do terreno e retirada das "bagacinas" é imprescindível à nova edificação, pelo que faz parte integrante do empreendimento, embora objeto de empreitada autónoma.</p> <p>Em 2019 foi lançado o procedimento de aquisição de serviços para elaboração do projeto de arquitetura e especialidades, o qual foi objeto de impugnação contenciosa.</p> <p>Dependendo do desenvolvimento do processo, deverá ser aberto novo procedimento em 2022 com o preço base de 1.000.000 € e prazo de 450 dias.</p>

Deputado:	Pedro Pinto, Chega (minuto 02:23:07 - 2.ª Ronda)
Instalação:	EP do Algarve
Questão:	<p>Apresenta como prioridade a transição digital, mas o retrato do país real é este:</p> <p>maio 2021: tribunais: baldes a apagar a chuva, amianto e utentes levados ao colo.</p> <p>março 2022: tribunais em risco de rotura por falta de funcionários; tribunais de lisboa com racionamento de papel.</p> <p>abril 2022: PGR persiste falta de meios que compromete ação do MP.</p> <p>maio 2022: Não é admissível esperar mais para resolver problema de falta de oficiais de justiça.</p> <p>- Concretização dos EP's. Sim, mas quando?</p> <p>- Vai ou não avançar com o EP do Algarve?</p>



	É importante perceber que existem datas limite
Resposta:	Não existe neste momento qualquer procedimento em curso para a construção de um novo EP no Algarve.

Deputado:	Sara Madruga da Costa, PSD (minuto 02:35:30)
Instalação:	TRIBUNAL DA PONTA DO SOL - MADEIRA
Questão:	<p>As obras no Tribunal da Ponta do Sol só avançaram graças à nossa insistência.</p> <p>Gostaríamos que detalhasse, neste momento, qual é que é o ponto de situação das obras em curso no Tribunal da Ponta do Sol.</p>
Resposta:	Prevê-se que a obra esteja terminada em outubro de 2022.

Deputado:	Marta Freitas, PS (minuto 03:13:43)
Instalação:	COMARCA DA MADEIRA
Questão:	<p>Sensibilizar a Sra. Ministra para as preocupações que têm sido deixadas pela comarca.</p> <p>Na Madeira, foi vontade do Governo em 2021 dar início à empreitada de reabilitação e criação de acessibilidades do Palácio da Justiça da Ponta do Sol.</p> <p>Inicia-se neste mês no Tribunal do Porto Santo obras de acessibilidades, contudo ainda necessárias intervenções de manutenção.</p> <p>Em condição de intervenção urgente encontra-se o Palácio de Santa Cruz. É um prédio que aguarda recuperação integral, dada a situação degradada, para além da necessidade de alargamento do arquivo e da construção de uma cela. Neste momento a pessoa em condição de recluso aguarda o julgamento em transporte celular.</p> <p>Surge também a necessidade de encontrar uma solução para as instalações do juízo de família e menores.</p> <p>A prevista transformação digital e a modernização dos sistemas de informação e infraestruturas tecnológicas, ajudarão a responder de forma mais célere aos processos na RAM.</p> <p>Reitero a continuada carência de funcionários judiciais e magistrados.</p> <p>Sabemos que a redistribuição dos meios é feita de forma equitativa pelas comarcas e a DGAJ faz essa avaliação, mas quero dar aqui nota desta necessidade na Madeira.</p>
Resposta:	Relativamente ao <u>Juízo de Ponta do Sol</u> , prevê-se que a obra esteja concluída em outubro de 2022.



Relativamente ao Juízo de Porto Santo, a empreitada de acessibilidades de Porto Santo, no valor de 222.114,75 € com IVA, foi adjudicada no final do ano de 2021, tendo o contrato sido celebrado ainda nesse ano. Por motivos de planeamento, transporte e logística de aprovisionamento de equipamentos e materiais, tratando-se de uma ilha, as obras só foram iniciadas no final do mês de abril com o início dos trabalhos preparatórios, incluindo a montagem de estaleiro. Esta empreitada vai resolver também a questão das infiltrações registadas numa claraboia.

Relativamente ao Juízo de Santa Cruz, as intervenções no Tribunal de Santa Cruz apenas devem ser executadas após a saída da PSP do piso térreo, tendo para esse efeito sido cedidas pelo MJ duas casas de função em agosto 2017, possibilitando por essa via a ocupação integral do edifício pelo Tribunal e efetuar todas as obras de adequação funcional necessárias numa única empreitada. Acontece que a saída da PSP tem sofrido adiamentos sucessivos, não tendo sido ainda possível empreitada de adaptação dos espaços a libertar, incluindo construção das celas. Já no que se refere às acessibilidades, o projeto está concluído e aprovado pelo Município.

Relativamente ao Juízo de Família e Menores do Funchal, o Tribunal de Comarca do Funchal sinalizou em novembro de 2021 a necessidade de reinstalar o JFM saindo do Palácio de Justiça. O IGFEJ solicitou à Autoridade Tributária e Aduaneira que informasse sobre a viabilidade de ser ocupada uma parte do edifício da Alfândega (arrendado à ESTAMO), remetendo um estudo elaborado pela DGAJ. Aguarda-se resposta.